BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: UNESP, 2010, p. 232.

Andréia Rosin Caprino[*]
Mestranda em História
Universidade Federal do Paraná

● **Enviado em: 22/03/2016**
● **Aprovado em: 22/06/2016**

O livro *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna* data do ano de 2004, e no prefácio Peter Burke afirma que o principal objetivo de sua escrita é refletir sobre a evolução das relações entre língua e comunidade, ou comunidades, na Europa e em outras regiões nas quais as línguas européias eram faladas, desde a invenção da imprensa no século XV até a Revolução Francesa, no XVIII. É claro que o autor não fica preso somente a essa temporalidade, e sim, faz conexões quando preciso a um nível cronológico extenso, porém tem como foco a baliza temporal mencionada, dada a importância do recorte.

O aparecimento da imprensa modifica diversos aspectos socioculturais e linguísticos, propiciando sobretudo à elite da época o acesso a muitas obras antigas e contemporâneas, e tal transformação repercute nos planos político, econômico, etc. A Revolução Francesa constitui a partir de então crescente importância do Estado centralizado, da educação universal e novos meios de comunicação, sendo esses fatos inseridos no contexto dos 'primórdios' do nacionalismo político-ideológico, o qual ganharia enorme força no século seguinte, e indicam o vínculo estreito entre nação e língua.

Todas essas questões chamam muita atenção de Burke e ele indaga, então, por que um historiador cultural escreveria sobre linguagem, e por que não deixar o tópico para os linguistas. Como resposta - e justificativa para o trabalho, aponta que a linguagem é sempre um indicador sensível da mudança cultural; notamos a validade de sua colocação ao observarmos o espaço que o autor dá ao tema das misturas e empréstimos linguísticos ocorridos no início da modernidade entre os vernáculos (característica que alcança os dias atuais, inclusive).

[*] Mestranda do PGHIS-UFPR. Graduada em História, Licenciatura e Bacharelado pela UFPR.

Ainda no prefácio, Burke defende a perspectiva de uma *história social da língua* como fio condutor do livro, demonstrando sua forte tendência à interdisciplinaridade. O termo para ele é muito vantajoso, pois destaca as funções sociais da língua, levando a uma discussão da serventia da língua na expressão ou construção de uma variedade de relacionamentos sociais, incluindo dominância e subordinação, amizade e fraternidade, tolerância e preconceito, manutenção e subversão da ordem social, entre outros elementos.

Burke explica a utilização do termo "comunidade": deve ser entendido não de maneira homogênea, mas carregado de variedades, como quanto à existência de conflitos linguísticos, culturais ou sociais, apesar da formação de identidade coletiva em muitos momentos históricos. Chama-nos também a atenção à necessidade de os historiadores voltarem-se mais ao estudo linguístico para maior compreensão de seus objetos de pesquisa. Observamos que a história contada pelo autor nesse livro não é linear nem progressiva, como o próprio afirma, e sim, trata do conflito constante entre forças centrípetas e centrífugas, convergência e divergência, assimilação e resistência, disciplina e liberdade, unidade e diversidade.

De acordo com o autor, a "descoberta da língua" teria sido realizada nos primórdios da modernidade, entre os séculos XIV e XV, período no qual houve uma crescente conscientização linguística em diversos 'países'(regiões hoje conhecidas por Inglaterra, França, Itália, etc.). Um documento da época muito importante como testemunho do fascínio por línguas é o *De vulgari eloquentia*, do autor Dante Alighieri, datado do início da década de 1300, o qual influenciou uma série de outros tratados em defesa de suas respectivas línguas, em diferentes regiões na Europa e fora dela. Exemplos disso são os escritos *Louvor de nossa linguagem*, de J. de Barros, *Dialogo della lingua*, de S. Speroni, *Deffense et illustration de la langue française*, do autor J. Du Bellay, etc.

Nesse contexto do movimento conhecido como Renascimento, existe o grande interesse em buscar um passado greco-romano, sua cultura, filosofia, língua e tantos outros aspectos que ocupavam a mente dos estudiosos, religiosos ou laicos, tendo como uma das razões para tanto a vontade por um conhecimento "novo", diferente - porém altamente imbuído - das ideias medievais consideradas mais proeminentes, ligadas à religiosidade, devoção, etc. Contudo, é imprescindível apontarmos que não ocorreu uma ruptura entre a Idade Média e a Idade Moderna; houve sim um processo, e com certeza podemos afirmar que as pessoas viventes naquela época não concebiam estar um dia em uma determinada era histórica, e no dia seguinte em outra.

Retomando o interesse pelo mundo greco-romano por parte dos renascentistas, sabemos que não houve de nenhuma maneira a transposição desse passado aos séculos XV e

XVI, nem mesmo no movimento humanista, tido como uma das expressões máximas da Renascença. Aquele mundo 'europeu', embora mantivesse tradições ligadas à antiguidade, era muito diverso, tanto na política, quanto na sociedade, no imaginário mental e na cultura. Sintoma do exposto é justamente a procura pela promoção das línguas vernáculas. O sentimento identitário era próprio desse período, não pode ser comparado ao patriotismo imperial romano ou carolíngio, por exemplo.

Outro indicativo da *modernidade* relacionado às línguas são as expansões marítimas, propiciadoras de contatos entre continentes e, consequentemente, de misturas culturais fantásticas. Ora, essas novidades impactam o ideário do colonizador e do colonizado, atingindo diversos elementos da estrutura sociocultural, política e linguística dos povos. A preocupação com a formação, origem, conexões entre as línguas, bem como a variedade delas, se torna cada vez mais fonte de atração e trabalho para os estudiosos.

Nesse ínterim, surgem e/ou se intensificam concepções a respeito da língua, da sociedade e da natureza humana, como a crença de que a primeira revelava a natureza das pessoas que a falavam; a noção de cada língua ter sua própria perfeição, os estereótipos das línguas como masculina ou feminina, viril ou suave, etc., a discriminação de certos grupos sociais por serem detentores de formas verbais diferentes das consideradas convencionais pelos nobres ou clérigos.

Peter Burke expõe que a percepção de diferentes dialetos em uma mesma língua é antiga, o termo deriva do grego e indicava o jônico, o dórico, o ático, como ideais na Grécia antiga. À época renascentista e pós-renascentista, artistas como Shakespeare e Molière, exploravam os socioletos para finalidade cômica, representando as comunidades marginais como dotadas de seres engraçados que não sabiam como falar. "Na Espanha e em Portugal do século XVI, por exemplo, judeus, ciganos, bascos, mouros e negros cômicos tiveram seu lugar no palco"[1].

Quanto ao latim, o historiador inglês data sua transformação em língua sem falantes nativos no século IX, sendo chamada uma língua "sem um povo". O autor prefere considerá-la uma língua em busca de uma comunidade, já que sobreviveu ao longo do tempo e alcança a contemporaneidade. Após sua "queda" como língua falada, o latim foi/continuou sendo usado por juristas (dada a importância das leis romanas em muitas partes da Europa moderna), por oficiais, diplomatas (era, inclusive, a principal forma de comunicação para redigir tratados

[1] BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: UNESP, 2010, p.54.

internacionais até o século XVIII), e por viajantes (para fins missionários, a título de exemplificação).

Além disso, não somente durante o período de institucionalização da Igreja associada ao poder político imperial romano e ao longo de toda a Idade Média, mas também alcançando o ano de 1960 (ou seja, por aproximadamente 1600 anos), a língua latina fora predominante na Igreja católica, aplicada em missas, batismos, casamentos, funerais, preces dos monges, enfim, por todo tipo de liturgia. Tal diacronia demonstra um dos principais traços característicos do latim: o sentimento de universalidade e tradição, apesar de todas as oposições sofridas, como durante a Reforma Protestante, que era associada à defesa dos vernáculos.

Ainda com tais oposições, na "comunidade dos eruditos", a República das Letras, o latim significava status, tanto para católicos, quanto para protestantes. Funcionava, pois, como uma espécie de sistema pan europeu. Vale mencionar que não havia apenas uma forma de latim, mas várias, sendo melhor nos referirmos à existência de 'latins'; na realidade, isso é válido para toda sua história. Pensa-se, com equívoco, que o "latim verdadeiro" é o identificado como o clássico ciceroniano. Tal pensamento é proveniente em grande parte desse contexto renascentista, no qual se dava a busca acirrada pelo modelo linguístico de Cícero, indicativo da participação no grupo humanista.

A partir do século XIV as línguas vernáculas passam a ser mais utilizadas, ao que Burke se refere como "ascensão" destas, porém não em um sentido triunfalista, pois pressuporia a total substituição do latim e outras línguas pelos vernáculos. Por outro lado, é certo que o italiano, o francês, o espanhol, inglês, alemão, tcheco, etc., ganharam notável proporção no cenário moderno europeu. É aí que são produzidas obras em elogio a vários vernáculos, conforme mencionamos. A elevação do status de alguns vernáculos torna-se até mesmo um gênero literário da Renascença. O objetivo para a defesa dessas línguas era "enfatizar as riquezas, a abundância e a profusão de uma língua e a pobreza das rivais"[2] .

As críticas mais vorazes costumavam vir das regiões vizinhas, e cada língua pretendia demonstrar ser superior não apenas às concorrentes contemporâneas, mas também ao grego e ao latim (se não isso, ao menos possuir o mesmo nível de 'brilhantismo'). Apesar de sua "ascensão", os vernáculos sofreram resistência para a plena atividade acadêmica, uma vez que o latim continuava preponderante nesse âmbito.

[2] BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: UNESP, 2010, p.82.

Em outros ramos, as línguas vernáculas tiveram forte expansão: durante os *Descobrimentos* houve 'verdadeiro' imperialismo linguístico, notadamente com o espanhol, português, francês, holandês e inglês, pois foram levados à Ásia, África e América. Dessa maneira, a língua esteve associada ao domínio europeu, servindo como um recurso para a colonização (não podemos esquecer, porém, que houve trocas culturais e linguísticas entre as metrópoles e as populações locais).

A expansão simultânea de vários vernáculos europeus para áreas cada vez maiores levou a mais contato entre eles e, como resultado, essas línguas experimentaram gradativas misturas (entre elas e em relação aos nativos colonizados). Fez-se necessário, então, a padronização linguística, que pressupunha a uniformidade e regularidade das línguas. Burke indica que tal fato se deu por algumas razões: pragmática, para facilitar a comunicação entre regiões, e por prestígio, honra ou dignidade vinculadas ao latim, já que este era 'bem padronizado' e 'estável'.

Uma língua sem um padrão era vista "de certa forma bárbara", e o código civilizatório implicava diversos comportamentos sócio-culturais que alcançavam, certamente, a questão da língua. A língua bela seria a codificada, refinada, educada e urbana, indicando explícita diferenciação entre a cultura de elite versus a cultura popular. Diferentes gramáticas foram, pois, elaboradas - muitas ainda escritas em latim - e nesse contexto se fez mais presente a separação entre a língua falada e a escrita. A imprensa teve papel ímpar no processo, como catalisadora das mudanças culturais e sociais que atingiram a esfera linguística.

Muitas traduções foram feitas e a uniformização das línguas tomava espaço através de codificação, ortografia e pontuação. A Bíblia de Lutero tornou-se um modelo nesse quesito e outras traduções bíblicas, também, "constituíram um dos principais meios pelos quais os tipógrafos ajudaram o processo de padronização linguística"[3], que se estendeu inclusive à fala. O autor menciona, contudo, a existência de reações a tais padronizações na Itália, Alemanha, etc. e o insucesso de muitas reformas.

Embora houvesse insistentes tentativas de padronização das línguas e diferenciação hierárquica entre elas, devido ao seu contato constante aconteciam diversos empréstimos de palavras e expressões, que invertiam a 'lógica do conservadorismo linguístico', que ficavam evidentes no espaço militar, literário, entre outros. Isso era visto de duas maneiras, uma positiva, conforme expressa por Martinho Lutero com a ideia de todas as línguas serem misturadas, e uma pejorativa, quando os renascentistas apontavam, por exemplo, o latim

[3] BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: UNESP, 2010, p.121.

medieval como "latim de cozinha" e "macarrônico", ou o "alemão afrancesado" de "meio cozido"[4].

Burke denomina esses atritos como movimentos de *união* e de *separação* e se posiciona de maneira a acordar com o enriquecimento dos vernáculos em razão dos empréstimos de uma língua a outra, também do latim. Todavia, os que não gostavam de tais misturas incitaram ações pela purificação, do século XVII em diante, especialmente na Europa. Essa pureza, segundo o autor, permeava os níveis moral, social e étnico, além da recorrência no âmbito religioso (ligado à moral), com a escrita de obras como *De puritate ecclesiae*, de Erasmo de Roterdã. Afirma, entretanto, que a execução internacional para a purificação linguística "foi um movimento das minorias a favor das minorias"[5].

Tendo como base o presente livro de Peter Burke e outras discussões atuais sobre a gradação das línguas, o classicismo do latim e afins, percebemos a improdutividade em determinar quando uma coisa termina e outra começa, desconsiderando os períodos de contato entre elas (contato esse que costuma perdurar por toda a história, sofrendo transformações, é certo). Dizer que não houve dialética em toda a época moderna no que tange às questões linguísticas (entre línguas e dentro de uma mesma língua) tem efeito semelhante a assegurar que a Idade Moderna surgiu em oposição ao medievo, ignorando a continuidade entre tais "eras" e a construção posterior (iluminista) do que supostamente era *obscuro* e *atrasado* e do que era *inovador* e *moderno*. É curioso sabermos hoje que a criação de oposições para fins político-ideológicos não seja uma exclusividade dos séculos XVI ou XVII...

4 BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: UNESP, 2010, p.136-37.

5 BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: UNESP, 2010, p.175.